

PORTSIDE

<https://portside.org/2020-03-21/dispatch-italy-class-struggle-time-coronavirus>

Relatório da Itália: A Luta de Classes no tempo do Coronavírus

Leopoldo Tartaglia -- Departamento internacional da CGIL, a maior federação de sindicatos da Itália

March 21, 2020



Crédito: Pietro Luca Cassarino.

A Itália é o país da Europa Ocidental onde a pandemia de coronavírus se espalhou primeiro e onde os seus efeitos trágicos estão sendo mais sentidos. Até 17 de março, os dados oficiais dizem que 26.062 deram positivo na Itália para a COVID-19, 12.894 foram hospitalizados - incluindo 2.060 em tratamento intensivo - e 2.503 morreram.

A epidemia explodiu nas regiões mais ricas e industrializadas do norte da Itália. A Lombardia é a mais afetada, seguida pela Emília Romagna e Vêneto.

Lombardia e Vêneto são exemplos de uma das questões fundamentais postas em causa pela crise pandêmica: a adequação do sistema de saúde italiano, em particular o público. A Itália ainda tem um dos melhores sistemas de saúde pública do mundo. A reforma sanitária de 1978 estabeleceu um sistema de saúde universal e gratuito, acessível a todos os cidadãos, financiado por impostos gerais.

Mas esta reforma veio numa época em que o Partido Comunista Italiano ainda existia e os governos democrata-cristãos ainda tinham de lidar com os sindicatos e o poder político do movimento operário. Desde então, e com particular virulência desde o final

dos anos 90, sobrepuseram-se três fenômenos que enfraqueceram dramaticamente o sistema (mesmo que, graças às lutas sindicais, não o tenham destruído completamente): (1) a regionalização do sistema nacional de saúde, impulsionada pela agitação nas regiões setentrionais pela secessão; (2) a privatização de muitos serviços de saúde, particularmente nestas regiões; (3) as políticas de "austeridade" europeias e nacionais que produziram cortes nas despesas públicas e nas pensões dos trabalhadores, cortes que atingiram duramente a saúde pública.

Nos últimos dez anos, o gasto público em saúde sofreu um corte global de 37 bilhões de euros, com uma enorme redução nos leitos hospitalares e uma queda contínua no pessoal médico, de enfermagem e de assistência médica. Hoje, provavelmente faltam mais de 50.000 médicos e 50.000 enfermeiros na saúde pública. A pandemia evidenciou a grande escassez de unidades de terapia intensiva: na Itália existem 5.000 leitos em unidades de UTI para 60 milhões de habitantes. Na França, com mais alguns milhões de habitantes, há 25.000; na Alemanha, há 30.000 que servem 80 milhões de habitantes.

A regionalização e os contínuos cortes nos recursos estatais destinados aos serviços de saúde - divididos entre as regiões com base em "gastos históricos" - levaram ao colapso do sistema público de saúde, especialmente nas regiões do Sul que, felizmente, ainda são as menos afetadas pela pandemia. As limitações drásticas à mobilidade interna das pessoas devem ajudar a limitar a propagação do contágio nestas áreas.

OS EMPREGADORES QUEREM QUE A PRODUÇÃO CONTINUE

Neste contexto, trabalhadores e sindicatos mobilizaram-se imediatamente para exigir políticas e medidas dos governos nacional e regionais, bem como dos empregadores que garantam a saúde e segurança dos trabalhadores e façam o máximo para limitar a propagação do vírus.

Os patrões, especialmente a Confindustria (a Confederação Geral da Indústria Italiana, a maior associação patronal) mas também as pequenas empresas (muito comuns no tecido produtivo do norte da Itália), insistiram no máximo funcionamento de todas as atividades econômicas e produtivas, incluindo a logística e a distribuição, pedindo ao mesmo tempo que as medidas sanitárias de emergência impostas pelas autoridades públicas não sejam obrigatórias, mas simplesmente recomendações.

Insistiram para que a autoridade decisória permaneça nas mãos das empresas, de forma unilateral, sem qualquer consulta com os sindicatos, seja a nível corporativo ou territorial. Os governadores da Lombardia e do Vêneto têm "vacilado" porque, por um lado, o drama da situação em suas regiões exigia medidas drásticas para encerrar as atividades e obrigar as pessoas a permanecerem em suas casas, mas, por outro lado, estavam sujeitos à forte pressão de sua base eleitoral, empresas e pequenos empresários que não queriam de forma alguma cessar suas atividades econômicas.

A virada ocorreu em 11 de março, quando o governo nacional emitiu um decreto que impunha o fechamento de uma série de atividades de produção e serviços e "exigia" que todos não deixassem suas casas, exceto por razões comprovadas de "necessidade". Mas aqui reside o problema: é evidente que os serviços públicos essenciais e toda a cadeia

agro-alimentar - da produção à distribuição a varejo - devem continuar a sua atividade, mas porque é que outros setores econômicos devem continuar o seu trabalho, quando a precaução geral para retardar a propagação do vírus é se manter em casa? E para os chamados a continuar a trabalhar, que precauções de segurança para a sua saúde e para a saúde dos outros existem no trabalho? Basta dizer que mesmo nos hospitais e centros de saúde, com turnos de trabalho exaustivos e pessoal escasso, não existem máscaras, luvas, macacões ou outros equipamentos de proteção necessários para todos!

REVOLTA DAS FÁBRICAS

12 e 13 de março foram dias de verdadeira revolta nas fábricas, armazéns e em muitos outros setores comerciais. Onde possível, empresas e sindicatos, especialmente de atividades de colarinho branco, já tinham concordado com a ativação do trabalho inteligente (evitando a proximidade e o contato) e do teletrabalho a partir de suas casas. Mas os sindicatos de metalúrgicos - FIM Cisl, FIOM CGIL e UILM UIL - pediram às empresas para suspender as atividades até 22 de março, a fim de sanear todos os locais de trabalhos e fornecer equipar equipamentos de proteção individual aos funcionários. No setor de mercearia, os sindicatos FILCAMS CGIL, FISASCAT Cisl e UILTUCS UIL pediram que as lojas de alimentos e supermercados fechassem aos sábados e domingos e à noite depois das 19 horas.

Algumas empresas metalúrgicas e químicas, pressionadas pelos trabalhadores e seus conselhos de fábrica, suspenderam a produção pelo número de dias necessários para a limpeza e desinfecção. Aos trabalhadores é garantido o subsídio de desemprego da Cassa Integrazione Guadagni (CIG), um sistema que cobre a renda dos trabalhadores em caso de suspensão da produção. Trata-se de um sistema financiado por contribuições financeiras das empresas e dos trabalhadores.

Nas empresas que não suspenderam a produção, particularmente nas províncias "epicentro" da pandemia, como Bérgamo e Brescia no norte da Itália, os trabalhadores, apoiados pelos seus sindicatos, fizeram greves permanentes até que as empresas garantissem condições de trabalho seguras. Desde as siderúrgicas Dalmine de Bérgamo até as de Brescia, desde as fábricas Fiat-Chrysler de Pomigliano em Nápoles até à siderúrgica Ilva em Gênova, desde a fábrica Electrolux de Susegana em Treviso até muitas pequenas e médias empresas no Vêneto e Emília Romagna, dos armazéns da Amazon nas províncias de Piacenza e Rieti, às empresas de processamento de aves e carnes do Vale do Pó, milhares de trabalhadores grevistas saíram para as praças e ruas, estritamente a uma distância segura de um metro um do outro, conforme prescreve o decreto governamental. Enquanto isso, as RSUs (Rappresentanza Sindicale Unitaria, entidades multissindicais de base empresarial) iniciaram negociações com suas respectivas gerências de empresas.

A luta foi tão generalizada que o governo - após dias de resistência às exigências da CGIL e outras confederações sindicais por medidas de segurança claras e obrigatórias e pela redução de todo trabalho não essencial - decidiu convocar uma reunião com sindicatos e empregadores. A videoconferência - foi a primeira vez na história italiana que uma negociação sindical se realizou desta forma - começou na tarde do dia 13 de março e continuou por 18 horas, devido à dificuldade de superar a atitude irresponsável da associação patronal Confindustria, que gostaria de manter tudo em aberto e deixar a decisão unilateral das empresas sobre as medidas a serem tomadas, como a limitação

das atividades e do horário de trabalho, e sobre a reorganização do trabalho e da produção.

No final houve acordo sobre um "protocolo compartilhado" de medidas que as empresas devem tomar para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores, com uma penalidade de fechamento temporário por não cumprimento. Para os trabalhadores, a sua remuneração durante as paragens será coberta pelo CIG, o sistema nacional de subsídio de desemprego. O papel dos sindicatos e das RSUs, que têm poder de negociação com as empresas em todos os aspectos da organização e das questões laborais, foi afirmado.

SAÚDE PRIMEIRO, DEPOIS LUCRAR

Várias questões permanecem em aberto, que hoje estão no centro de um intenso trabalho sindical. As greves continuaram na segunda-feira, 16 de março, em muitos lugares onde as empresas ainda não tinham aplicado o "protocolo". Mas estas exigências fundamentais - "primeiro a saúde, depois o lucro" - têm estado interligadas, desde o início da epidemia, com as questões da proteção do emprego e do rendimento dos trabalhadores, em particular para a vasta gama de trabalho precário e nos setores não abrangidos pelo sistema de subsídios de desemprego CIG: todas as pequenas e micro-empresas, o comércio varejista e os trabalhadores ficticiamente por conta própria, tais como os motoristas de caronas pagas (rideshare) e de entregas.

O governo emitiu um decreto em 17 de março com medidas econômicas que incluem o bloqueio de demissões, a concessão de subsídios de desemprego no âmbito do CIG para os trabalhadores excluídos, apoio econômico de 600 euros no mês de março para os trabalhadores autônomos, aumento dos dias de licença parental para aqueles forçados a trabalhar enquanto as escolas estão fechadas. Também incluiu medidas urgentes para reforçar o sistema público de saúde, com a contratação fixa de mais médicos e enfermeiros a curto prazo.

Será importante monitorar se todos os trabalhadores estão cobertos - numa primeira leitura, por exemplo, o trabalho doméstico, que é feito por centenas de milhares de mulheres migrantes, não parece estar protegido - e como é fácil e imediato o acesso aos subsídios.

Para as entidades multi-sindicais de nível empresarial e para as confederações sindicais, há muito trabalho: fazer acordos sobre segurança e proteção de renda, defender os trabalhadores mais precários, lutar para fechar todos os empregos não essenciais, negociar com empresas e autoridades públicas para fechar as lojas à noite e aos sábados e domingos, e organizar greves e mobilizações quando os patrões tentam fugir de suas obrigações.

São lutas e reivindicações para esta emergência, mas também para as consequências. As coisas não podem continuar como antes. O modelo de desenvolvimento deve ser mudado, o setor público deve ser relançado, e a austeridade, o neoliberalismo, a precariedade e as desigualdades devem ser acabadas. É hora de acabar com a produção poluente e de fazer escolhas econômicas e produtivas capazes de deter as mudanças climáticas.